

Comunicação em Rede: relato de experiência com trabalhadores informais autônomos de Araçuaí-MG

Network Communication: Experience Report With Self-Employed Informal Worker From Araçuaí-Mg



ISSN 2358-7180

Karol Natasha Lourenço Castanheira¹, Stéfany Gonçalves Ribeiro², Vitória Aparecida Santos Venturini³, Thaís Larissa Lourenço Castanheira⁴

RESUMO

A COVID-19 vem inviabilizando a garantia e manutenção de serviços informais autônomos, agravando ainda mais as desigualdades no Brasil. A questão que se coloca, portanto, é: como amparar a continuidade dos trabalhos informais autônomos sem romper com as políticas de isolamento e distanciamento social? Nesse sentido, este trabalho buscou construir uma comunicação em rede com os trabalhadores informais de Araçuaí-MG, cujo objetivo foi divulgar os serviços e produtos oferecidos, como também, auxiliar na divulgação de boletins epidemiológicos do município por meio de páginas em redes sociais digitais, sendo elas, Facebook e Instagram. Para identificação dos trabalhadores do Mercado Municipal e ambulantes, público-alvo do projeto, foi utilizada a base de dados cadastrais da Prefeitura. Constatou-se que, mesmo com a crise econômica, a resistência e desconfiança dos próprios trabalhadores em participar do projeto foi uma variável importante a ser considerada, bem como, a efetividade da rede em regiões economicamente desfavorecidas. Reconhece-se que, apesar das diversas atualizações dos estudos acerca do capitalismo digital que buscam fugir da visão utilitarista da rede, proposta principalmente na década de 90, é inegável que o neoliberalismo vem produzindo uma classe de marginalizados, suscetíveis aos efeitos da necropolítica e de novas formas neocolonialistas de regime de trabalho, em que o controle sobre seus corpos, passa a ser do próprio indivíduo.

Palavras-chave: Pandemia. Trabalho Informal. Comunicação em Rede. Economia.

ABSTRACT

COVID-19 has made it impossible to guarantee and maintain informal autonomous services, further aggravating inequalities in Brazil. The question that arises, therefore, is how to support the continuity of informal autonomous work without disrupt with the policies of isolation and social distance? In this sense, this work sought to build a network communication with the informal workers of Araçuaí-MG, whose purpose was to publicize the services and products offered, as well as to assist in the dissemination of epidemiological bulletins in the municipality through pages on social networks, being them, Facebook and Instagram. To identify workers in the Municipal Market and street vendors, the target audience of the project, the Municipality's cadastral database was used. It was found that, even with the economic crisis, the resistance and mistrust of the workers themselves to participate in the project was an important variable to be considered, as well as the effectiveness of the network in poor regions. It is recognized that, despite the various updates of studies about digital capitalism that sought to escape the utilitarian view of

¹ Doutora em Comunicação. Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Frutal, MG, Brasil. E-mail: karol.castanheira@uemg.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0337-6084>.

² Graduanda em Medicina Veterinária. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Salinas, MG, Brasil. E-mail: stefanygonri21@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6301-9890>.

³ Graduanda em Medicina Veterinária. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Salinas, MG, Brasil. E-mail: vitoriaventurini2@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9850-1732>.

⁴ Doutoranda em Medicina Veterinária. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Salinas, MG, Brasil. E-mail: thais.castanheira@ifnmg.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0842-8338>.

the network, proposed mainly in the 90s, it is undeniable that neoliberalism has been producing a class of marginalized people, susceptible to the effects of necropolitics and new neo-colonialist forms of work regime, in which the control over their bodies becomes the individual's own

Keywords: Pandemic. Informal Work. Network Communication. Economy.

INTRODUÇÃO

Nos anos de 2020 e 2021, o mundo tem enfrentado uma pandemia causada pelo novo Coronavírus, que provocou o óbito de milhares de pessoas em diversas regiões do planeta, inclusive no Brasil. Em vista da necessidade da adoção de medidas preventivas, para evitar a disseminação do vírus, o Ministério da Saúde (MS), pautado pelos protocolos e informações compartilhadas por centros especializados na COVID-19 e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), adotou medidas restritivas de circulação e funcionamento das instituições e serviços, a fim de postergar o tempo de expansão do vírus. Além da crise de vigilância sanitária, o Brasil vem enfrentando uma crise econômica e uma disputa política, que polarizaram o discurso acerca das medidas de quarentena e isolamento social.

Nesse sentido, o coronavírus, até então tratado a partir da sua natureza biológica, mapeamento genético, forma de expansão, contágio, monitoramento de mutações, sintomas, pesquisas de tratamento e de vacina, suscitou o deslocamento para outro eixo de análise, o social. Observou-se que o sucateamento da saúde e as condições de vida das populações mais pobres são fatores importantes para serem pensados não somente como forma de prevenção para futuras crises de vigilância sanitária, como também, medidas de contenção. Para além das soluções complexas imersas nesta temática, encontra-se a garantia de renda a esta faixa da população, que recorre, muitas vezes, ao trabalho informal autônomo para inserir-se dentro do mercado laboral.

Ponce (2020) apontou o Brasil como um dos países mais afetados do mundo, onde o Coronavírus se disseminou rapidamente desde seu primeiro relato, em fevereiro de 2020. O que gera preocupações, pois como observado pela autora, o país é composto por uma economia emergente, porém com baixíssimo nível de seguridade social, apresentando, portanto, muitas comunidades vivendo em estado permanente de vulnerabilidade. Perante este contexto, como as autoridades iriam persuadir, informar e convencer de que o melhor para a população brasileira seria ficar em casa? Ponce (2020) também traz a questão do próprio Presidente da República, Jair Bolsonaro, minimizar constantemente a pandemia, com expressões como “é apenas uma

gripezinha”, “economia vem em primeiro lugar”, “apenas as pessoas mais velhas são grupo de risco”.

A gestão do “deixar morrer”, explícita no discurso presidencial, pode ser entendida como uma nova forma de exercício do poder, articulada pelo pesquisador camaronês Achille Mbembe (2018), como necropolítica, a partir do diálogo com as obras de Frantz Fanon (2015) e Michel Foucault (1977a). Essa nova forma de governamentalidade demonstra o controle sobre a mortalidade inscrita na ordem do poder. Nesse sentido, a sociedade em rede (CASTELLS, 1999) e a sociedade ubíqua (SANTAELLA, 2013) devem ser investigadas à luz também dos marginalizados e periféricos, que constituem em seus corpos a marca de uma nova forma de colonialismo. A força produtiva e o capital, passam a ter mais valor que a prerrogativa de vida.

Segundo Carvalho (2013), deve-se, portanto, formular a política de saúde de modo a promover, nos campos econômico e social, "o dever do Estado de garantir a saúde, que consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, para a sua promoção, proteção e recuperação". Desse modo, ao ter garantidos os direitos básicos, os sujeitos sociais poderiam criar novas formas de resistências à captura de si. Porém, a liberalização do comércio e o aumento da competitividade demonstram práticas de um Estado de Exceção, que se desvincula da sua função provedora e reguladora, para a interdição do discurso pró-vida, em nome da economia. A informalidade¹ passa a ser um dos caminhos seguidos pela precarização, por meio da criação de unidades produtivas com base familiar, trabalho autônomo, empregos domésticos, entre outros (CACCIAMALI; BRITTO, 2002).

Atualmente, o nível de ocupação no país ficou abaixo de 50%, ou seja, menos da metade dos brasileiros em idade de trabalhar estão trabalhando. queda que atingiu principalmente os trabalhadores informais, uma vez que, das 7,8 milhões de pessoas que saíram da categoria de população ocupada, 5,8 milhões, eram de trabalhadores informais (IBGE, 2020).

No Brasil, essas alternativas de emprego se tornaram comuns, como a diarista, a costureira que trabalha em sua casa ganhando por produção, os vendedores ambulantes que se localizam principalmente nas áreas mais movimentadas das cidades. Estes

trabalhadores informais formam uma parcela crescente que opera nas ruas da cidade, nas calçadas e em outros locais públicos (ALMEIDA et al., 2013, p. 419).

Assim, os trabalhadores informais passaram a ser o foco de investigação do projeto de extensão relatado neste artigo, a fim de dirimir a despoticização da vida, com a construção de pontes econômicas por meio de uma rede digital. Como recorte, optamos por colaborar com os trabalhadores informais do município de Araçuaí, cidade localizada ao norte de Minas Gerais. A escolha deste grupo de trabalhadores recaiu justamente por ser um grupo social fragilizado historicamente pelo poder público e que hoje encontra-se em uma dilema pela vida. Para tanto, buscou-se, por meio de um trabalho de comunicação em rede e interdisciplinar, ao mesmo tempo agrupar informações acerca dos trabalhadores e tipos de serviços para divulgá-los nas redes sociais digitais, Instagram, Facebook e Whatsapp, como, também, disseminar essas informações por meio dos veículos de comunicação do município. O contexto pandêmico do novo coronavírus exige uma organização da informação e auxílio tecnológico a este grupo, que sem apoio externo pode estar condenado não somente à contaminação do vírus, como a ser solapado da dignidade humana na ausência de conseguir garantir seus direitos básicos e fundamentais a manutenção da vida.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na cidade de Araçuaí a população estimada em 2019 era de 36.708 pessoas e uma densidade demográfica de 16,10 hab/km², caracterizando uma cidade de pequeno porte. Apesar disso, os focos de aglomerações são encontrados em diversas partes da cidade, principalmente no Mercado Municipal, Rodoviária e nas ruas do centro. O fato é potencializado devido ao grande número de trabalhadores informais terem as ruas como um ambiente de trabalho para venda de suas hortaliças, artesanatos, quitutes e diversos utensílios. Torna-se, portanto, um panorama mais suscetível para a transmissão do novo vírus, que possui fácil disseminação, potencializada em locais com muita concentração de pessoa.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Araçuaí, no dia 27 de março de 2020, o Comitê Municipal de Enfrentamento ao Coronavírus do município se reuniu com representantes da Associação Comercial, Industrial e Agrícola (ACIA) para debater as dificuldades e alternativas relativas ao fechamento do Comércio. Foram expostas as preocupações dos comerciantes locais com a paralisação das suas atividades, já que estas são suas fontes de sobrevivência. Mas a, então, Secretária Municipal de saúde, Rita Capdeville, reafirmou a necessidade de isolamento social e a preocupação de todas

as referências técnicas e científicas com a interrupção precoce do isolamento social (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ).

PROCEDIMENTOS TEÓRICO METODOLÓGICOS

O suporte tecnológico que os municípios e os países lançam mão neste momento da pandemia, seja para minimizar os efeitos da crise econômica, seja para divulgar informações em tempo real, advém de um processo relativamente recente, propiciado pela revolução da microeletrônica nas décadas de 1950 e 1960. Este câmbio tecnológico foi a base de um novo paradigma que se consolidaria nos anos 70 nos EUA, para difundir-se depois rapidamente por todo o mundo, dando o passo para o que se denomina “A Era da Informação”.

Este momento histórico, iniciado pela microeletrônica e potencializado pela invenção da tecnologia digital e da web, foi denominado pelo pesquisador espanhol Manuel Castells, em 1999, de Sociedade em Rede, entendida como uma forma específica de organização social que tem a informação como fonte de produtividade e poder. Para o autor, conhecimentos e informações fazem parte de um “círculo virtuoso” em que o uso gera informação (CASTELLS, 1999).

Seu conceito “Sociedade em Rede”, todavia, é criticado por alguns autores, entre eles Ortiz (2006), que nos interroga sobre a real existência de uma *network society*. No entanto, o próprio Castells (2009) parece revisar o conceito ao evidenciar a apropriação da Internet por movimentos em rede e não a emergência de uma nova sociedade, totalmente *on-line*.

Na contemporaneidade, analisando a comunicação realizada por meio da Internet, pode-se notar que a cobertura de todo espectro da comunicação humana, da política e religião ao sexo, passam pelo comércio eletrônico. Trata-se de uma comunicação espontânea não-organizada e diversificada em finalidade e adesão. A Internet se constitui, assim, em uma rede de redes em que instituições, empresas, associações e indivíduos que produzem e divulgam conteúdos se agrupam de acordo com seus interesses.

Nesse sentido, as novas tecnologias da informação interagem com os processos produtivos, as organizações sociais e a cultura, transformando-os e, conseqüentemente, mudando o modo como esses elementos devem ser estudados. Todavia esta sociedade em rede tende a ser dual: os que estão dentro e os que estão fora desta teia. Cebrian

(1999) já alertava que a velocidade dos avanços tecnológicos e sua repercussão na vida social como um todo não combinavam com os costumes tradicionais democráticos. Tais costumes precisam de debates e da discussão prévia à colocação em prática das decisões para que, de uma maneira geral, a população faça parte dessa rede e seja beneficiada ou afetada por ela.

Gomes e Maia (2008) analisam o modelo centro-periferia de acesso tecnológico proposto por Anthony Wilhelm (2000), que construiu alguns níveis de acesso e utilização dos meios por parte dos usuários.

No centro da sociedade da informação estão aqueles que têm pleno acesso aos recursos como instrumentos de comunicação e informação. Em um outro nível, estão os “usuários periféricos”, que embora tenham acesso às tecnologias, utilizam-nas de maneira episódica, sobretudo para propósitos comerciais e de entretenimento. Na terceira camada, estão aqueles que têm “acesso periférico”, que podem ter o próprio computador, mas não estão conectados à rede e dependem de acesso público. Por fim, estão os chamados “imunes ao progresso”, que nunca usaram o computador, não dispõem da educação necessária para fazê-lo e encontram-se irremediavelmente excluídos (WILHELM, 2000 apud GOMES; MAIA, 2008, p.284).

Ter acesso à tecnologia e ao conhecimento para operar sobre ela envolve recursos financeiros para aquisição tecnológica e investimento cognitivo de aprendizagem, em um verdadeiro processo de alfabetização digital. Entretanto, os elementos cotidianos seguem seu curso, independente do nível de exclusão. Aqui se abre espaço o debate: o paradoxo da tecnologia. Ao mesmo tempo, em que exclui muitos de fazer parte da rede, cria mecanismos de democratizar a informação ao dar acesso aos menos privilegiados e abrir espaço para velhas e novas discussões.

A política do século XXI reflete, então, o panorama dessa nova configuração social. No entanto, em outra perspectiva, menos otimista como a visão utilitarista da década de 90 marcada, inclusive, sobre o efeito pedagógico de alfabetização digital, Santaella (2013) e Han (2017) problematizam acerca do capitalismo digital, entendido por Santaella como a economia governada por algoritmos, na qual “nada mais no universo escapa a lógica do seu poder invisível e onipresente” (2016b, p.90).

Em função da hipermobilidade, tornamo-nos seres ubíquos. Estamos, ao mesmo tempo, em algum lugar e fora dele. Tornamos intermitentemente pessoas presentes-ausentes. Aparelhos móveis nos oferecem a possibilidade de presença perpétua, de perto ou de longe, sempre presença. Somos abordados por qualquer propósito a qualquer hora e podemos estar em contato com outras pessoas quaisquer que sejam suas condições de localização e afazeres no momento, o que nos transmite um

sentimento de onipresença. Corpo, mente e vida ubíquas. Sem dúvidas isso traz efeitos colaterais, certo estado de frenesi causado pelo paradoxo da presença e ao mesmo tempo da reviravolta constante nas várias condições físicas, psicológicas e computacionais. (SANTAELLA, 2013, p. 16).

Ao contrário do que propunham inicialmente as pesquisas em comunicação digital sobre os espaços democráticos de criação e infovias, observa-se a configuração de um estado permanente de vigilância, no qual a privacidade perdeu a sua fronteira com o público.

Portanto, a vigilância ubíqua e invisível, agora sustentada pelos algoritmos, não é outra coisa senão um incremento, uma sofisticação e refinamento da economia política no capitalismo digital. Assim, a biopolítica, que encontra hoje nos algoritmos, nos big data, seus maiores coadjuvantes, tem a ver com o poder que, regulado pela política científica, medicinal e jurídica, é exercido sobre a biologia, sobre a vida das populações que crescem cada vez mais, ocupando todos os espaços disponíveis sobre o globo. (SANTAELLA, 2016a, p. 100).

Han (2017) propõe ainda um novo olhar, a partir do livro *A sociedade do cansaço*, em que discorre sobre uma outra biopolítica, estruturada a partir do acoplamento psíquico dos sujeitos aos dispositivos de controle, como o autogerenciamento de si. A sociedade do cansaço é a sociedade do desempenho, que faz do sujeito o empresário de si mesmo. Esta técnica de produção transforma o corpo em máquina e a vida apenas um dos elementos de continuidade da produção, muitas vezes descaracterizada da sua própria função vital de garantia da existência. Ou seja, resgatando mais uma vez Mbembe (2018, p.10), a soberania é norteadada pela “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações”.

Com a pandemia ocasionada pela Covid-19, o enunciado de morte no Brasil se materializa a cada novo boletim epidemiológico. Apesar do vírus não discriminar classe ou raça, é evidente que as práticas de morte da biopolítica exercem o “deixar morrer” aos menos favorecidos e vulneráveis, financeiramente, sem acesso a saneamento básico, casas superlotadas, ausência de recursos para a compra de máscaras e álcool em gel e a necessidade de romper o isolamento social para ir ao trabalho, características essas associadas em sua maioria à população preta e pobre do Brasil.

as origens do terror moderno necessariamente precisam passar pela escravidão, que configura uma das primeiras formas de experimento da biopolítica. O sistema de *plantation* tem em si uma das

manifestações do estado de exceção. A transformação de seres humanos em escravos pressupõe a retirada do lar, dos direitos sobre o próprio corpo e do estatuto político. Essa tripla interdição equivale a um domínio absoluto do outro, uma alienação de nascença e uma morte social (SILVA; PRESSLER, 2018, p.131).

A nossa origem escravocrata seria um primeiro passo para entender essa nova forma de colonização dos corpos e da política no mundo contemporâneo. O que altera é o vetor de força da ação, ou seja, se antes o controle do trabalhador se dava por um sujeito externo e de outro status social, no novo regime de governamentalidade o próprio sujeito é o seu patrão. Não é mais o controle do outro sobre si, mas do sujeito sobre ele mesmo.

Assim, o uso das tecnologias digitais de comunicação e informação, por si só, não bastam para promover uma transformação social, como muitos “futurólogos” da comunicação previam na década de 90. Mattelart (2002) foi incisivo ao discorrer sobre a “sociedade da informação” e sua eleição ao novo paradigma dominante, embasado no discurso sobre as novas tecnologias enquanto formadoras de um mundo mais solidário, transparente, livre e igualitário. Tais afirmações estão longe de se efetivarem. Por detrás do discurso que alia progresso à tecnologia, se oculta, como pontua Mattelart (2002), um verdadeiro esquema operatório de remodelamento da ordem econômica, política e militar. A problemática de todo este projeto de extensão executado em Araçuaí se insere justamente nesta celeuma das tecnologias digitais, que apesar de hegemônicas geram ainda gargalos de marginalizados tecnológicos, mas que mesmo não assegurando uma posição central na rede, não conseguem se desfazer da materialidade do capitalismo digital, pois o seu entorno e os efeitos diretos e indiretos se fazem presentes na ação psicobiopolítica dos corpos, porque para me se manter vivo, é preciso se expor aos riscos.

Tendo em vista este cenário, parece incoerente o projeto propor o uso de redes sociais digitais como instrumento de divulgação de trabalhadores informais autônomos em um município localizado em uma das regiões mais pobres do Estado de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha. No entanto, este projeto inicial apostou na comunicação em rede como instrumento de organização e disseminação da informação, tendo em vista um limitador preponderante nesta escolha, a impossibilidade do contato e de outras formas de divulgação. A saída possível foi tentar reverter as forças da tecnologia, que estão sendo apropriados pelo governo para a manutenção dessa nova forma de governamentalidade, a necropolítica, para produzir espaços de resistência e

vida. A partir dos resultados, vamos discutir como o uso das tecnologias digitais para finalidades econômicas, políticas e até mesmo de saúde ainda deve ser pensado e articulado de forma complexa e intersetorial.

No campo metodológico, os trabalhos apresentados pela pesquisadora da Universidade de São Paulo Margarida Kunsh (1997, 2003) nos foram valiosos, nesse sentido, para operacionalizar e pensar esta comunicação em rede. Segundo ela, temos que investir em três aspectos básicos: coerência na linguagem adotada, racionalização das atividades, realização das tarefas de comunicação em equipes multifuncionais atentas à necessidade do nosso público-alvo.

A comunicação em rede foi pensada a partir dos métodos e instrumentos de comunicação integrada (KUNSH, 1997), ou seja: os conteúdos das mensagens foram produzidos por meio de diferentes instrumentos de comunicação, a fim de transmitir uma ideia única: a divulgação dos trabalhos e serviços dos trabalhadores informais autônomos; integração das atividades com o público-alvo; demandas que surgirem da população e profissionais do mercado da área de comunicação do município; planejamento das ações comunicativas.

Para tanto, realizamos a busca e cadastramento dos trabalhadores informais autônomos da cidade de Araçuaí-MG. O processo de identificação foi realizado de duas formas: 1. Banco de dados da Prefeitura Municipal dos trabalhadores informais autônomos atuantes no Mercado Municipal de Araçuaí-MG e ambulante; 2. Busca ativa dos trabalhadores informais que não se encaixavam no primeiro grupo. Para a busca ativa, adaptou-se o método de Snow-ball (BAILLEY, 2008; BALDIN; MUNHOZ, 2011); assim, um trabalhador informal indicava outro trabalhador em igual situação de vulnerabilidade, formando uma sequência em “bola de neve”.

Os trabalhadores informais foram contatados e receberam explicações sobre o escopo do projeto. Tendo interesse na participação, assinaram um termo de esclarecimento e livre consentimento para a publicação do seu nome, produtos que oferece e contato telefônico, para publicação.

Após o levantamento dos trabalhadores, partimos para o processo de diálogo a fim de conhecer melhor seus produtos e serviços. Estas informações foram essenciais para pensarmos as artes de criação (Fig.1) e a disponibilização da informação, para a criação e divulgação nas mídias sociais.

Figura 1. Logo produzida para o projeto com a utilização do aplicativo Canva.



Fonte: Elaboração própria

Após a identificação dos trabalhadores, estes receberam auxílio para a venda e divulgação dos seus produtos em portfólios nas redes sociais digitais, em páginas no Instagram e Facebook. Os produtos vendidos foram entregues na casa dos compradores. Por se tratar de uma equipe interdisciplinar, a produção das artes se deram por meio do aplicativo Canva, que é de fácil manuseio e exportação.

Um segundo eixo de divulgação compreendeu a produção de *releases* para os meios de comunicação tradicionais da cidade a fim de garantir o alcance do projeto, e, conseqüentemente, impulsionar os produtos e serviços dos trabalhadores informais autônomos do município. Foram enviados *releases* para os seguintes veículos locais: redes sociais digitais oficiais da Prefeitura Municipal de Araçuaí (Instagram e Facebook), rádio Vale FM, rádio Auto FM, rádio Líder FM e os sites de notícias Kiau Notícias e Gazeta Araçuaí. Destes, apenas as redes sociais digitais da Prefeitura Municipal de Araçuaí e a rádio Líder FM divulgaram as informações e realizaram entrevistas. Além das divulgações supracitadas, a disseminação do projeto foi realizada por meio das redes sociais digitais dos próprios seguidores das páginas e dos trabalhadores cadastrados.

Os vendedores receberam instruções salientando os cuidados com a COVID-19 e, principalmente, para evitar o contato direto com os compradores na hora da entrega, resguardando a saúde de ambos.

RESULTADOS

O primeiro Mercado Municipal da cidade localizava-se próximo ao rio Araçuaí, porém nos anos de 1919 e 1928 ocorreram duas enchentes que deterioraram a estrutura do prédio, sendo o outro mercado construído apenas em 1964 pela Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG) (SERVILHA, 2008). Em 1998 a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequetinhonha (CODEVALE) passou a administrar o local, produzindo reformas de revitalização. Atualmente, o mercado vende produtos agrícolas, artesanais, eletrônicos, vestuário, entre outros, e possui espaço para refeições no Empório popular, que está localizado na parte interna do local, além do Mini Shopping municipal recém construído, localizado na parte inferior, parte na qual são comercializados produtos para vários fins.

Nos estudos de Servilha (2008), os consumidores do mercado eram na sua maioria aposentados da zona rural ou da área urbana do município. Do dia primeiro ao dia dez de todo mês, aposentados rurais se deslocavam para a cidade para receberem sua aposentadoria no banco e passavam o dia no mercado fazendo compras e conversando com amigos. Segundo os mercadores relatados pelo autor, grande parte da renda das bancas eram oriundas das aposentadorias nos dez primeiros dias do mês. Passados estes, o movimento do mercado caía de forma considerável. Em quase todas as bancas, os aposentados compravam com cadernetas e anotações, ou seja, compravam com crédito para pagamento no mês seguinte, pagando a conta com a aposentadoria no começo do mês (SERVILHA, 2008, p. 80-81).

Esta realidade apresentada por Servilha (2008) foi se alterando ao longo dos tempos, pois o mercado passou a ser também um espaço de encontro e compra para os moradores urbanos. Os feirantes do município, no tempo relatado por Servilha eram em sua maioria produtores de zona rural, que transportavam aos sábados seus produtos para serem comercializados na cidade, tempo no qual as formas de transporte das mercadorias se davam por meio de transporte público, charretes e muito pouco por meio de automóveis particulares.

A configuração atual do mercado alterou inclusive o processo de transporte. Para ficar mais claro é importante frisar a organização do espaço. O mercado atualmente é dividido em três grandes áreas: os feirantes que ficam fora do mercado, os que ficam na parte de baixo e os que ficam dentro do mercado. Os feirantes que estão dentro do mercado não retornam seus produtos para casa e isso influenciou diretamente no resultado deste trabalho, pois não havia interesse deles em participar do projeto. Nesse processo, aproximadamente 50 bancas de feirantes não foram contabilizadas para a

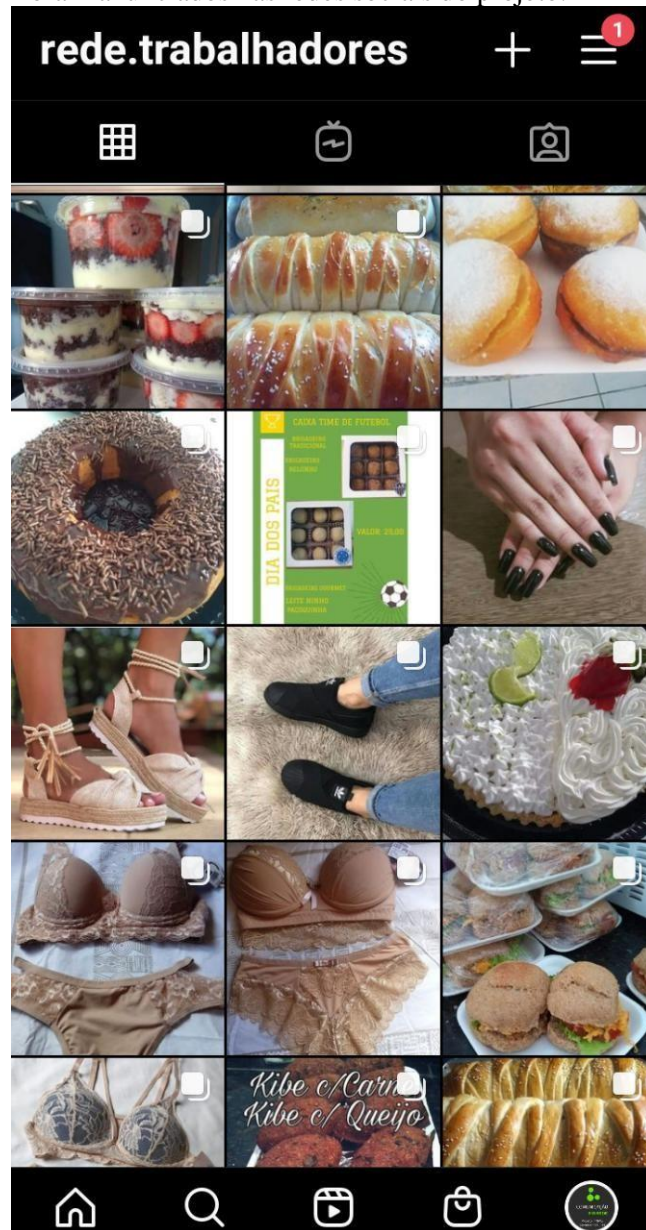
produção de divulgação. Esta prática também se configurou com os feirantes localizados na parte de baixo, que demonstraram não querer participar do projeto, pois, além de terem os produtos permanentemente no local, a política de isolamento de abertura das feiras e do comércio passou a funcionar por meio de rodízio, garantindo, de certa forma, alguma renda a estes trabalhadores. Os feirantes localizados na área externa, no entanto, são em sua maioria da área rural e comercializam hortaliças e não possuem acesso à Internet. Alguns, inclusive, foram hostis ao serem abordados. Do número total de feirantes, apenas os trabalhadores informais, que fazem produtos em casa, aceitaram conversar com a equipe do projeto, o que totalizou 30 feirantes. Porém, desta amostragem, apenas cinco moradores da área urbana do município aceitaram participar. Observou-se também que o ônibus coletivo ainda é um transporte muito utilizado pelos trabalhadores, principalmente os da zona rural.

O número de participantes do projeto nos permitiu discutir outras percepções para além da eficiência da criação de redes sociais digitais como auxílio de divulgação de serviços e produtos dos trabalhadores autônomos, para problematizar a desconfiança dos próprios trabalhadores em serem ajudados e das próprias limitações de acesso não somente ao recurso digital, como também de linguagem e condições de operar nestas redes digitais. Cebrian (1999) já alertava que os processos de inovação e aderência na sociedade possuem uma lógica de tempo diversa de grande camada da população, que se encontra em espaços abissais de desigualdades, ocupando assim espaços periféricos não somente economicamente, mas também em direitos fundamentais em se informar e serem informados. A Internet, apesar de posta em uma perspectiva otimista (CASTELLS, 1999) e pela sua aparente comunicação de horizontalidade, descentralizada, democrática e em certa medida, conferindo ao usuário “autonomia” (CASTELLS, 2013) é contestada ao ser confrontada com as práticas sociais de regiões mais vulneráveis.

Dentre os trabalhadores que aceitaram participar do projeto, estão feirantes/trabalhadores informais, em sua maioria jovens que possuem familiaridade com o acesso à Internet e redes sociais digitais. Estes fabricam e ou vendem os produtos em casa, desde antes do início da pandemia. Mas, em vista dos impactos econômicos e também na saúde, obtiveram uma certa diminuição nas vendas. Estes foram abordados em redes sociais digitais, por meio de busca ativa; outros procuraram os administradores do projeto através das páginas oficiais do projeto. Totalizaram-se 25 participantes do projeto, sendo 5 feirantes e 20 comerciantes informais. Nas páginas foram divulgados

produtos de diversos tipos, sendo eles: artesanatos, roupas, acessórios, calçados, máscaras e, em sua maioria, produtos alimentícios Fig. 2).

Figura 2. Compilado de produtos ou serviços que foram anunciados nas redes sociais do projeto.



Fonte: Elaboração própria

Informações sobre os produtos foram postados diariamente nas páginas, além da divulgação de materiais digitais para a prevenção frente à COVID-19. Também foram repostados os boletins informativos divulgados pela Prefeitura Municipal de Araçuaí-MG, isto sempre que houve alteração no quadro da doença no município (Figura 3). Para ampliar e facilitar mais o acesso aos produtos, foi criado um site, que possui todas as mercadorias organizadas de maneira a simplificar a navegação, com as devidas informações para que o consumidor entre em contato com o vendedor. Nesse site foi

reservado um local para que o trabalhador que tem o interesse em participar do projeto se cadastre de forma prática e rápida, sem demandar alto domínio tecnológico e informático.

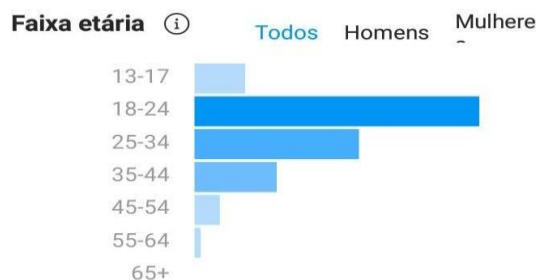
Figura 3. Exemplos dos Boletins epidemiológicos da Prefeitura de Araçuaí compartilhados na página do projeto. **A)** Uma das primeiras postagens no início do projeto em 10/10/2020, informando o primeiro óbito na cidade, com 95 casos confirmados da doença (vermelho) e 33 suspeitos em investigação e monitoramento (amarelo). **B)** Boletim epidemiológico da Prefeitura de Araçuaí, do dia 18/11/2020 com 124 casos confirmados da doença (vermelho), 61 suspeitos em investigação e monitoramento (amarelo) e 1192 casos de quarentena cumprida/casos descartados (verde). **C)** Segundo óbito confirmado da doença, divulgado no dia 18/11/2021.



Fonte: Elaboração própria

Algo que nos chama a atenção tem relação com o público mais presente na página criada no Facebook, sendo 70% homens (193) e 27% mulheres (72), conforme demonstrado no gráfico:

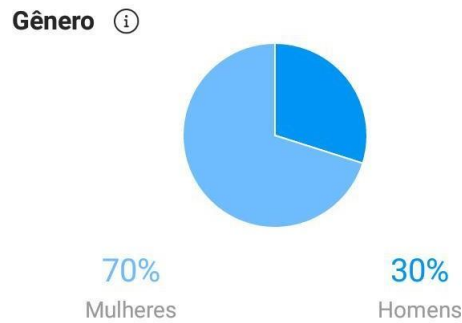
Gráfico 01: Faixa etária e gênero



Fonte: dados extraídos do Facebook na página Comunicação em Rede

Já no Instagram tivemos o resultado oposto: 71% das seguidoras eram mulheres e 29% homens:

Gráfico 02: Gênero | Instagram



Fonte: Dados extraídos do Instagram no perfil Comunicação em Rede

As principais localizações que acessaram as páginas de redes sociais digitais são basicamente as mesmas e isto se deve a uma questão do próprio algoritmo em termos de alcance e estrutura da rede, são elas: Araçuaí, Salinas e Belo Horizonte, entre outras.

Gráfico03: Localidade dos seguidores



Fonte: Dados extraídos do Instagram

Pode-se perceber certa resistência inicial, em relação ao público (os possíveis consumidores), quanto ao acompanhamento dos meios de divulgação do projeto. Notou-se que, com o aumento da divulgação ativa em redes sociais pessoais dos participantes e responsáveis pelo projeto, e também após a realização de vídeos e entrevistas informativas, obteve-se um aumento considerável de seguidores e membros das redes sociais oficiais do projeto. Segundo Junqueira et al (2014), as redes sociais digitais estão se desenvolvendo de forma positiva nos últimos anos, tornando-se ferramentas aliadas quando se fala em divulgação de produtos e serviços online. Esta junção está fortalecendo as organizações, com intuito de divulgação de marcas, produtos e serviços, aumentando, assim, a credibilidade e aproximação com público de maneira rápida e eficaz, uma vez que proporciona interação em tempo real com um grande público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da COVID-19 afetou a sociedade mundial em diversos aspectos, de uma maneira significativa. Pode-se dizer que um dos principais setores mais afetado foi o comércio, principalmente quando falamos nos trabalhadores informais, que representam as classes mais baixas de comerciantes. A economia destes trabalhadores tornou-se fragilizada, em vista do fechamento parcial de alguns estabelecimentos e comércios municipais.

Com o fechamento rotativo do Mercado municipal de Araçuaí-MG, e visando o distanciamento social e promoção a saúde, os trabalhadores do município se encontraram em um dilema, e a criação de um meio de comércio online nas redes sociais do projeto proporcionou a venda dos produtos de diversos trabalhadores informais da cidade, sendo eles feirantes, artesãos, quitandeiras, costureiras, entre outras, o que proporcionou também a estes vendedores o comércio de seus produtos sem deixar de seguir as normas e recomendações de higienização e proteção em meio à pandemia.

Apesar da resistência inicial do público-alvo, dos possíveis compradores e até dos próprios vendedores em participar do projeto, a divulgação nas redes sociais digitais e veículos de comunicação municipais contribuiu para a visibilidade dos produtos. Mas, ainda assim, se coloca como uma ação distante aos trabalhadores da zona rural, pobres e excluídos digitalmente. A questão que se coloca, portanto, é: como garantir, portanto, que o trabalhador informal autônomo mantenha suas atividades em tempo de isolamento social de maneira eficaz?

A partir da experiência com o projeto e das singularidades da localidade, sugerimos, em termos de política pública e de ações, sejam elas de movimentos sociais, organizações sem fins lucrativos ou até mesmo iniciativas coletivas, que o combate a pandemia deve ser pensado em um contexto completo e intersetorial de ações. Somente a Internet não se torna um instrumento resolutivo de garantia à renda, pois como apontado no processo de busca ativa pelos trabalhadores informais, os mais pobres, moradores da zona rural e que não tinham acesso à Internet se recusaram em participar, mesmo que isso não gerasse nenhum tipo de custo a eles. E, mesmo buscando um trabalho em rede com outros meios de comunicação como o rádio e websites, por meio de *releases* e entrevistas, não se resolve o problema inicial que é engajar o feirante a

adentrar em outra esfera de comunicabilidade e sociabilidade, às vezes, até mesmo distante do seu cotidiano.

Assim, as desigualdades não podem ser pensadas apenas no viés econômico, mas político, educacional, cultural e tecnológico. No mercado municipal, apenas cinco trabalhadores aceitaram compor a equipe, número pouco expressivo diante a quantidade de feirantes, que, contando os rotativos, somam mais de cem. A produção de novas formas de comunicabilidade, mesmo em rede, não desloca diversos sujeitos da periferia, o que confirma a hipótese de que a Comunicação é apenas um elemento que deve ser articulado por meio de políticas intersetoriais.

As ações em redes devem sim continuar a serem pensadas e materializadas no campo social, pois contribuem para a visibilidade e divulgação dos processos e serviços, por exemplo, na relação com o consumidor do produto. Nesse sentido, o projeto tornou-se mais eficaz, porque o cidadão tem em suas mãos os preços, contatos, produtos e serviços dos feirantes e comerciantes, podendo, a um simples contato, solicitar o seu pedido. Isso não exime, no entanto, o exercício crítico de que o seu efeito não é resolutivo aos atores periféricos da rede.

NOTAS

1.O trabalho informal é aquele que ocorre quando o empregado não possui registro na carteira de trabalho e, conseqüentemente, também não recebe os benefícios determinados pela CLT. Esse tipo de trabalho que já foi mais comum, ainda existe nas regiões mais pobres do país e geralmente é praticado por pessoas menos escolarizada ou que de alguma forma têm dificuldades para encontrar emprego formal. Já o trabalhador autônomo, por sua vez, é aquele que presta serviços por conta própria e garante a sua renda mesmo sem qualquer tipo de vínculo empregatício (GUIA TRABALHO, 2019).

REFERÊNCIAS

AGRICULTURA. Com o fechamento de feiras, produtores de Janaúba adotam venda on-line. 2020. ALMEIDA, Maria Goretti de et al. O trabalho informal como alternativa no mundo de trabalho atual. IV Seminário CETROS , Fortaleza, p. 413-423, 2013.

BAILLEY, K.D. **Methods of Social Research**. New York: Free Press, 4ª Ed., 2008, p. 588.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **Anais. X Congresso Nacional de Educação. I Seminário Internacional de representações sociais, subjetividade e educação.** Curitiba – PR, 2011.

CACCIAMALI, M. C.; BRITTO, A. A flexibilização restrita e descentralizada das relações de trabalho no Brasil. **Revista da ABET.** 2020.

CARVALHO, G. A saúde pública no Brasil. Saúde Pública. **Estudos avançados.** São Paulo-SP, 2013.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. V.1 **A sociedade em rede.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

_____. **Redes de indignação e esperança:** movimentos sociais na era da internet. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEBRIAN, J. **A rede:** Como nossas vidas serão transformadas pelos novos meios de comunicação. São Paulo: Summus, 1999.

COMUNICAÇÃO EM REDE. **Página do Facebook.** Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/249744576329118/>.

COMUNICAÇÃO EM REDE. **Página do Instagram.** Disponível em: <https://www.instagram.com/rede.trabalhadores/?hl=pt-br>.

ESTADO DE MINAS GERAIS. **Boletim epidemiológico:** COVID-19: Doença causada pelo coronavírus – 19. 25 abr. 2020. Disponível em: https://saude.mg.gov.br/images/noticias_e_eventos/000_2020/Boletins_Corona/25.04.2020_Boletim_epidemiologico_COVID-19_MG.pdf. Acesso em: 25 abr. 2020.

FAHEL, M.; TELES, L. Medindo a pobreza multidimensional do estado de Minas Gerais, Brasil: olhando para além da renda. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, maio - jun. 2018.

Fanon, F. **Los condenados de la tierra.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Economica, 2015.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1997a.

GOMES, W; MAIA, R. **Comunicação e democracia: Problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

GUIA TRABALHO. **Tipos de trabalho formal e informal, voluntário, autônomo e outros**. 2019. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2020.

HAN, B. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. 2017, v. 4. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/aracuai/panorama>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ICTV. International Committee on Taxonomy of Viruses. Naming the 2019 Coronavirus. 2020. Disponível em: . Acesso em: 17 abr. 2020. KUNSCH, M. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 1986.

JUNQUEIRA, F. C. et. al. **A utilização das redes sociais para o fortalecimento das organizações**. 2014. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/22020181.pdf>>. Acesso em: 28 de outubro de 2020.

KUNSCH, M. M. K. Canalizando a Sinergia da Comunicação. *Leopoldianum - Revista de Estudos e Comunicações*, p. 131-141, 1997.

KUNSH, M. **Planejamento de Relações Públicas na Comunicação Integrada**. São Paulo: Summus, 2003.

MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.; BAPTISTA, T. W. F. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. **Caderno de saúde pública**. 2017.

MATTELART, A. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Coronavírus COVID-19**. 2020. Disponível em: . Acesso em: 17 abr. 2020.

PONCE, D. The impact of coronavirus in Brazil: politics and the pandemic. **Nature reviews: Nephrology**. Vol. 16, set. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇUAÍ. **Reunião Comissão Covid -19 Araçuaí**. 2020. Disponível em: <https://www.aracuai.mg.gov.br/detalhe-damateria/info/reuniao-comissao-covid--19-aracuai/16854>. Acesso em: 17 abr. 2020.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação ubíqua**: representações na cultura e na educação. São Paulo: Paulus, 2013.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA E SAÚDE. **Situação epidemiológica da COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/21/BE13---Boletim-do-COE.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SERVILHA, M. As relações de trocas materiais e simbólicas no mercado municipal de Araçuaí-MG. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa. 166f, 2008.

SILVA, L.; PREUSSLER, G. Resenha: Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. **CONFLUÊNCIAS | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**. Vol. 20, nº 1, 2018.

Recebido em: 11 de maio de 2021.

Aceito em: 09 de março de 2022.